

RESENHA

HISTÓRIA DO SABER LEXICAL E CONSTITUIÇÃO DE UM LÉXICO BRASILEIRO

NUNES, José Horta e PETTER, Margarida (orgs.)

São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas, SP: Pontes, 2002.

Este livro é mais um produto do projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil - HIL, que vem se desenvolvendo em uma parceria entre a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade de São Paulo e a École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines/Lyon, com a participação de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, com objetivo de produzir conhecimento sobre a constituição de uma língua nacional, a construção de um saber metalingüístico, as diferentes instituições e campos disciplinares em que essas idéias circulam, bem como as representações e a memória que produzem e reproduzem. Os resultados daí advindos vêm revelando novos modos de se pensar a relação entre língua, ciência e sociedade.

Os artigos que fazem parte deste livro, pertencem a uma linha de pesquisa do referido projeto voltada para uma compreensão da história do saber lexical no Brasil de forma sistemática e articulada, abrangendo textos sobre dicionários, enquanto objetos históricos, mas também sobre a relação entre línguas distintas na formação do léxico brasileiro, e a integração desses instrumentos lingüísticos ao processo de disciplinarização da língua nacional.

A análise desses espaços de memória que os dicionários constroem e trabalham, que é um espaço atravessado de repetições, de divisões heterogêneas, de rupturas, de conflitos e contradições, de silenciamento, cria condições teóricas e metodológicas para questionar a evidência do saber construído no e pelo dicionário, abrindo espaço para a interpretação. Trabalhos como esses mostram a relevância em se tomar a história como lugar estratégico para se pensar o campo mais amplo da significação que o léxico ajuda a construir, capaz de nos ajudar a compreender a própria historicidade de um objeto simbólico como o dicionário.

Ao falar de dicionários estamos falando de teorias, que dão sustentação a sua construção, bem como das relações que se estabelecem entre língua e Estado, através de suas instituições como a Escola, em que se produzem modos de ler esses instrumentos lingüísticos em momentos históricos determinados. Produzir conhecimento sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil, fazendo trabalhar a memória em sua relação com

a linguagem (o simbólico) e a história (o político), é criar condições para a transformação das práticas de leitura na escola e na sociedade.

No livro, os textos reúnem-se em três seções: “Dicionários”, “Constituição de um léxico brasileiro”, “Conceitos e tecnologias”, e são assinados por participantes do projeto HIL e por colaboradores externos.

O texto que inicia a primeira seção é o de Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro, que, ao trazer uma história dos dicionários portugueses, vai desvelando pontos fundamentais do processo histórico de dicionarização de uma língua: a relação da escrita com a produção meta-lingüística; o lugar central da escola; o trabalho de memória textual aí existente; a articulação entre língua e literatura, entre dicionário e gramática; o lugar da tradução; o uso cotidiano do dicionário pelos cidadãos escolarizados; o dicionário e a identidade de uma nação; as novas tecnologias da informação e o dicionário.

Com o texto que se segue, de Maria Tereza Camargo Biderman, denominado “A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil”, inicia-se um conjunto de trabalhos que nos ajudarão a compreender como se deu esse processo de dicionarização em um país colonizado como o Brasil, no embate entre línguas distintas. E é desse embate, em que se busca a especificidade de uma língua, que a análise feita por Biderman da produção dicionarística ao longo do tempo irá nos falar, como se pode observar pelos subtítulos de seu artigo: “O período colonial: a emergência da variedade brasileira do português”, “O surgimento da consciência nacional e da identidade lingüístico-cultural brasileira”, “A publicação de obras lexicográficas sobre o português brasileiro. Das obras pioneiras ao novo milênio”.

A questão dos brasileirismos que já havia sido tratado no artigo de Biderman, torna-se a matéria de reflexão e análise no artigo de Sheila Elias de Oliveira, agora pensada no interior do processo mais amplo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, colocando em evidência o fato de que a produção do conhecimento, em geral, e do lingüístico, em particular, se dá em condições materiais específicas, no caso, do conflito e confronto entre o português do Brasil e o português europeu, em que, como diz a autora, “o direito à palavra sobre a língua portuguesa começa a se dividir”. Em uma instigante análise enunciativa do prefácio da primeira edição de 1899 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo e nos posfácios das edições de 1913, 1922 e 1925, a autora vai trabalhando questões relativas ao lugar do lexicógrafo português, à orientação argumentativa em direção a essa unidade (dividida e contraditória) da língua “no interior da qual se constrói uma hierarquia entre falantes brasileiros e portugueses”, à explicitação de uma política lingüística face às diferenças.

O texto de José Horta Nunes irá fechar a primeira seção do livro, tratando das condições e processos envolvidos na história da dicionarização no Brasil, ou seja, na “descrição e instrumentação da língua na base do dicionário”, dando continuidade a uma série de trabalhos por ele realizados, concernidos a essa história. Tratar o dicionário da perspectiva discursiva, como o autor o faz, implica compreendê-lo enquanto estrutura, mas também como acontecimento, que se dá em condições específicas de produção, sendo o saber lingüístico um produto histórico, em que estão presentes questões relativas ao sujeito – autor e leitor – à ética e à política lingüísticas. Isso faz com que, embora o objeto de estudo do artigo seja o dicionário monolíngüe, possa-se ter uma visão ampla e rigorosa dos períodos da dicionarização, das determinações históricas que afetaram a sua produção e das interpretações daí resultantes.

Na segunda seção do livro, “Constituição de um léxico brasileiro”, temos textos que tratam da relação entre línguas que se dá nesse processo de produção de um saber lexical. Os textos de Margarida Petter e de Emilio Bonvini se articulam na análise e discussão da relação que se estabelece entre o português do Brasil e o de Portugal com as línguas africanas. Petter trabalha um conjunto de documentos “que registraram a presença de termos oriundos de línguas africanas no léxico do português do Brasil (PB), situando-os no contexto histórico e analisando a contribuição que deram ao conhecimento do que passou a ser identificado como ‘africanismos’ no PB”, presentes nos dicionários em uma relação ambígua, mas eficaz na produção de sentidos, com os brasileirismos.

Se Petter faz a leitura de um arquivo, formado por uma textualidade que se constrói, dos séculos XVII ao XX, de termos oriundos de línguas africanas, evidenciando a existência de um espaço plurilíngüe no Brasil e a transformação dessas línguas em dialetos, falares, elementos de rituais – apagando a sua história –, Bovini delimita mais essa leitura de arquivos ao se propor “a examinar os termos de origem banto que se considera pertencer aos empréstimos mais antigos e melhor integrados ao português do Brasil”, considerando um período específico, que vai dos séculos XV ao XVIII, mas sempre reafirmando a importância em se tomar a história das idéias lingüísticas, no caso a história dos empréstimos e a da integração da palavra emprestada na língua que a toma como tal, como um processo datado e situado historicamente.

No texto de Maria Aparecida Honório, focado na análise da produção escrita dos professores da etnia Sateré-Mawé, constituídos como sujeitos bilíngües, que no jogo e movimento de uma memória discursiva “expõe o léxico a um outro olhar”, a autoria de livros didáticos em português desloca-se, ao retomar a produção lexical indígena e explicitar seu

funcionamento, para produzir outros modos de ler e de dizer “as *outras* línguas indígenas *na* língua portuguesa”, pela nomeação e pela tradução. No trabalho de Honório, observamos os efeitos teórico-metodológicos que a produção do projeto HIL trazem para a compreensão das políticas atuais de escolarização da população indígena no Brasil, quando se torna necessário a construção de um imaginário de unidade de uma língua a ser ensinada e aprendida.

As categorias topológicas de reiteração, reconfiguração e dispersão semântica dos processos de incorporação no léxico da língua portuguesa de palavras de origem indiana, encontrados em documentos de autores portugueses dos séculos XVI e XVII, é o objeto de estudo do artigo de Mário Ferreira. Adotando uma perspectiva metodológica de confronto dinâmico de línguas em contato, objetiva “o estudo de intersecções nem sempre contíguas ou simétricas entre visões de mundo e os sistemas de designação que lhes correspondem”. A história de constituição do léxico de uma língua e de um saber metalingüístico se dá, pois, em condições de produção específicas e permite-nos observar as relações entre culturas e civilizações na construção da história de um país.

Na última seção do livro, temos trabalhos que, de outros lugares temáticos, teóricos e metodológicos, colocam em discussão o trabalho de organização, distribuição, circulação do léxico de uma língua, que, em se tratando do português no Brasil, se dá entre memórias discursivas distintas, em espaços discursivos em que o sujeito se representa em uma relação determinada com a história e o saber metalingüístico. Assim, o texto de Ieda Maria Alves, ao fazer um percurso histórico através das concepções de “neologia” e de “neologismo” apresentadas por diferentes estudiosos da língua portuguesa, cria condições para se pensar na constituição imaginária dos processos de produção de sentidos, ao descrever as manifestações a favor ou contra a presença de palavras estrangeiras, as proposições em defesa da pureza do idioma, tomando a linguagem como transparente e pressupondo sempre que há uma única forma verdadeira, apagando a história da língua e do saber que sobre ela se constrói, logo, o político, o ideológico.

O livro se encerra com o texto de Zilda Maria Zapparoli, “Um pouco da história da análise informatizada do léxico no Brasil”, em que centra sua atenção em dois programas desenvolvidos para análise lingüística, o *WordSmith Tools (WS Tools)* e o *Stablex*, e no uso que alguns pesquisadores brasileiros da PSC/SP e da USP/SP deles vêm fazendo, tendo como *corpus* diferentes textualidades de campos disciplinares distintos. A autora traz para a cena enunciativa dessa retrospectiva sobre as análises informatizadas do léxico no Brasil, depoimentos dos pesquisadores

que vêm trabalhando com esses programas, bem como sobre eventos e publicações que contribuem para a circulação dos mesmos, evidenciando o trabalho de institucionalização que aí se desenvolve.

O conjunto de textos reunidos neste livro organizado por José Horta Nunes e Margarida Petter tem um alcance teórico e metodológico muito grande para os estudiosos da linguagem, mas também para todos aqueles que direta ou indiretamente lidam com dicionários, com a relação entre as palavras e as coisas, em diferentes práticas. Compreender como um léxico se constitui, como instrumentos lingüísticos de ampla circulação nas sociedades letradas são construídos e funcionam, na relação do sujeito com a língua em uma dada formação social, é observar como se dá a gestão dos sentidos no interior de uma mesma língua ou entre línguas, pela seleção, organização, distribuição e controle das formas significantes, deslocando um imaginário em que o conhecimento dicionarizado se apresenta e representa apenas como um conjunto de informações corretas, adequadas e unívocas sobre a língua e seus falantes.

Mariza Vieira da Silva
Universidade Católica de Brasília

